

Audiência Pública – Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz

Reunião conjunta das Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para tratar da **valorização da primeira infância e cultura da paz**.

Convocada a pedido da Senadora Ideli Salvatti e dos Senadores Sérgio Zambiasi, Paulo Paim e Romeu Tuma, nos termos dos Requerimentos nº 48-CE, nº 36-CAS e nº 81-CDH, todos de 2008, a reunião foi realizada em 19 de novembro de 2008, sob a forma de audiência pública, como parte da programação da Semana da Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, celebrada pelo Senado Federal entre os dias 18 e 20 de novembro de 2008.

Na ocasião, os palestrantes discorreram sobre a importância do olhar, da voz e do contato físico no processo de estabelecimento de vínculos, característico da primeira infância e responsável pela organização mental da pessoa. Explicaram como a interação comunicativa entre mãe e bebê nos primeiros meses de vida enseja a construção do sentido de coerência e favorece o equilíbrio na equação vulnerabilidade/capacidade de adaptação (ou resiliência), viabilizando, por conseguinte, o alcance da paz interior. Também enfatizaram que a situação mais propícia ao surgimento da violência ocorre quando as vulnerabilidades ultrapassam o limiar de adaptação da pessoa.

Afirmaram que orientações durante o período pré-natal – a exemplo da motivação e da sensibilização para amamentar – e que a avaliação neurocomportamental realizada no recém-nascido diante dos pais levam a família a reconhecer as competências do bebê e a tratá-lo como sujeito de direitos. Essas intervenções precoces possibilitam, então, a descoberta do outro com base nos enunciados do respeito e da tolerância, fazendo girar o ciclo da paz dentro de cada pessoa, logo no início da vida.

Os palestrantes registraram os avanços brasileiros das duas últimas décadas em termos de legislação, políticas públicas e práticas

pedagógicas voltadas à criança, os quais tributaram ao início de uma mudança de concepção sobre a infância. Lembraram, entretanto, que milhões de crianças não têm acesso a direitos básicos – como o de brincar – porque não lhes é assegurada prioridade efetiva nem no espaço público nem na esfera doméstica. Falaram, então, da urgência inerente à infância e da necessidade de que a família reassuma o seu dever de primeira cuidadora e educadora da criança e de que haja políticas sociais e uma rede de apoios capazes de ajudá-la nesse sentido.

Apresentaram, como contribuição da sociedade civil, o esboço de um Plano Nacional pela Primeira Infância, que pretende ser uma carta de compromisso ético com as crianças brasileiras. Desenhado como medida de longo prazo e política de Estado, o plano tem a ambição de orientar a cobrança de decisões políticas e de ações, além de assegurar recursos orçamentários, servir como critério de avaliação das políticas públicas, nortear a formação profissional das pessoas e construir uma nova consciência política sobre a criança, entendida como sujeito e como indivíduo insubstituível e único. O plano considera a diversidade e a integralidade da criança, reporta-se a todos os seus direitos, estimula a participação social e a inclusão e baseia-se na articulação de ações.

Os palestrantes ainda exploraram a relação entre o conceito de intersubjetividade e o de educação. Definiram o primeiro termo como “a capacidade de estabelecer um vínculo com o outro e de compartilhar diferentes estados afetivos internos”: é o sentir-se compreendido pelo outro, experiência necessária à regulação afetiva e forma de prevenção da violência. Ao conceito de educação, emprestaram o significado de “tornar independente”, de “constar no mundo com os outros”.

Com base nesses conceitos, defenderam a creche (devidamente comprometida com o desenvolvimento da criança e da parentalidade) como um espaço da intersubjetividade, que é a “língua da comunicação afetiva”, comum a todos os seres humanos.

Por fim, relataram a história de vida de duas crianças resilientes, que transformaram o abandono em aprendizagem, para mostrar a importância da rede de encontros na estruturação da pessoa. Primeiro, falaram do imperador Frederico II, que ficou órfão aos quatro anos de idade e aprendeu, nas ruas, a se relacionar com os estrangeiros e a falar várias línguas, o que mais tarde o habilitou a recuperar o Santo Sepulcro em Jerusalém num processo pacífico de negociação em árabe. Também reportaram a experiência fracassada do imperador para encontrar uma língua primitiva da humanidade: ao afastar os bebês de suas mães e proibir-

lhes qualquer contato afetivo com quem quer que fosse, ele provocou a morte de todos os bebês. Narraram, ainda, a história de Brisa, órfã de menos de três anos de idade que – antes de ingressar na creche, onde demonstrou excelente desenvolvimento e grande alegria de viver – cuidava de garantir alimento, nas ruas de Montevideú, para a mãe, já totalmente incapacitada pela AIDS.

A audiência pública foi presidida, alternadamente, pelos Senadores Augusto Botelho e Sérgio Zambiasi, e contou com a presença dos Senadores Antônio Carlos Valadares, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, Flexa Ribeiro, Gerson Camata, Gilvam Borges, Inácio Arruda, Jayme Campos, João Durval, João Ribeiro, José Agripino, Kátia Abreu, Leomar Quintanilha, Marco Maciel, Marconi Perillo, Paulo Duque, Paulo Paim e Romeu Tuma.

Participaram da audiência os seguintes convidados:

- **João Carlos Campos Gomes** - Pedro, Diretor de Pediatria do Hospital de Santa Maria (Lisboa, Portugal);
- **Vital Didonet**, Membro da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê (Brasília, Brasil);
- **Victor Ricardo Guerra Flora**, Psicanalista da Associação Psicanalítica do Uruguai (Montevideú, Uruguai).